

**ENTREVISTA// ROBERTO MANGABEIRA UNGER**

Ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos

**VINICIUS NEDER**  
DO JORNAL DO COMMERCIO

*De passagem pelo Rio, onde reuniu-se na última sexta-feira com o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e a caminho dos Estados Unidos, onde passará o Natal com a família após fazer uma cirurgia simples no joelho, o ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, discorreu com entusiasmo sobre sua vontade de transformar o Brasil. Rejeitando rótulos — não quer ouvir falar em planejamento estratégico nem de longo prazo —, o ministro diz que quer ajudar a construir o futuro e que as transformações dependem de uma direção. “É isso que eu gostaria de iniciar.”*

*Aglutinar e aprofundar iniciativas já existentes em quatro eixos temáticos prioritários (economia, educação, Amazônia e defesa) para a transformação é o objetivo do trabalho da nova pasta — criada finalmente como ministério extraordinário, após a Medida Provisória que criava uma secretaria especial da Presidência ter sido rejeitada no Congresso.*

*No campo da economia, diz Mangabeira Unger, está seu maior desafio: propor um novo pacto institucional entre capital e trabalho. Ao falar sobre suas idéias, o ministro prefere não comentar fatos do dia-a-dia político. Ele identifica no Brasil a ascensão de uma nova classe média, que vem de baixo, inaugura uma nova cultura de iniciativa e forma a massa de empreendedores que devem ser ajudados por uma política industrial da inclusão, voltada principalmente para as pequenas empresas.*

# Ambição de construir o futuro

**JORNAL DO COMMERIO -**  
**Qual, afinal, é o papel do seu ministério?**

**Roberto Mangabeira Unger** - A questão central do meu trabalho é aceitação pelo país da idéia da grandeza. O Brasil hoje busca um novo modelo de desenvolvimento. Tradicionalmente, o País cresce por meio dos setores econômicos avançados e internacionalizados. Esses setores geram riqueza e parte pequena dessa riqueza é usada para financiar programas sociais que atenuem o sofrimento da grande maioria excluída desses setores avançados. Agora o País quer mais do que isso. Quer um modelo de desenvolvimento baseado em ampliação de oportunidades econômicas e educativas e em participação popular. Quer transformar a democratização de oportunidades no próprio motor do crescimento. Para a construção desse novo modelo de desenvolvimento, nós temos agora no Brasil base social concreta. A classe média tradicional sempre foi o centro de gravidade da nossa política. Hoje, ela está fragilizada pela precariedade econômica e pelo desencanto político. Agora nós temos no Brasil o surgimento de uma segunda classe média, ao lado da primeira, que é uma classe média que vem de baixo, morena, voltada para dentro e não para fora do País, que briga para abrir pequenos negócios ou para progredir em grandes organizações, que estuda à noite, nas

se associa a novos clubes e novas igreja e, sobretudo, que inaugura no País uma nova cultura de auto-ajuda e iniciativa. Essa pequena burguesia de batalhadores e emergentes já está no comando do imaginário popular. Para a maioria de nosso povo, ela é a vanguarda a ser seguida. Hoje, a grande revolução brasileira seria o Estado usar seus poderes e recursos para ajudar a maioria a seguir o caminho da vanguarda de emergentes batalhadores.

**Como será o trabalho na prática?**

— Ao assumir o meu posto, concluí que não adiantaria formular apenas um projeto conceitual abrangente a respeito do futuro. Seria natimorto, ficaria no papel. Identifiquei claramente o alvo. O alvo é ultrapassar o horizonte da política brasileira contemporânea, que é a idéia do humanização do inevitável: humanizar o mercado e humanizar a globalização. O que a nação quer agora não é humanizar o mercado, é reconstruir o existente. E é isso que não sabemos fazer e, em geral, não se sabe fazer no mundo. O método que eu escolhi, com apoio do presidente e de meus colegas ministros, é identificar um elenco de iniciativas que eu possa formular e desenvolver em conjunto com os ministros, que antecipem e encarnem esse rumo que o País busca. E defini, por esse caminho, iniciativas em quatro grandes áreas: economia, educação, Amazônia e defesa.

**No que o trabalho do senhor será diferente de outros planejamentos estratégicos?**

— Não usaria a palavra planejamento. Isso não é planejamento. Eu nunca quis essa palavra. Nem estratégia necessariamente. Isso é um experimentalismo radical. O sentido do meu trabalho não é ter uma sacola de fórmulas para resolver todos os problemas. A minha lógica é da co-autoria, dentro do governo e da sociedade, para aproveitar experimentos já existentes e aprofundá-los, radicalizá-los, descobrir o seu potencial e definir o elenco das iniciativas que tenha maior grau e potencial de transformação no rumo desejado. Não é o trabalho de prever ou de prospectar ou de descrever cenários ou de planejar o futuro. É um trabalho de construir. Se quiserem usar esse vocabulário do longo prazo, eu direi: nós tratamos o longo prazo a curto prazo. Se não, não existe.

**O que significará a realização do seu trabalho?**

— Eu não tenho nenhum poder de executar coisa alguma. Nem poder, nem recursos. E não me cobrem responsabilidade sem me dar poder. O meu poder é o poder de propor e cooperar. Mas esse é um grande poder. Eu acredito em idéias. Não se muda o mundo só com idéias, mas sem elas não se muda o mundo. Eu espero muitas derrotas, mas as transformações são grandes movimentos, como a corrente de um rio, de uma cachoeira, que vão gerando muitas iniciativas que se sucedem, que têm êxitos parciais, que se vão substituindo e a úni-

ca coisa que importa é a direção. E é isso que eu gostaria de iniciar, de ver iniciado no Brasil.

**Quais são as iniciativas do ministério no campo da economia?**

— No campo da economia talvez esteja a mais complexa de todas as iniciativas em que estou envolvido; é a de mais longo alcance para o País. Trata-se da reconstrução do modelo institucional das relações entre o trabalho e o capital. A nossa economia está ameaçada de ficar prensada entre economias de trabalho barato e economias de produtividade alta. Nosso mais alto interesse nacional é escapar dessa prensa pelo lado alto, com qualificação do trabalho e escalada de produtividade, e não pelo lado baixo do aviltamento salarial. Os dois discursos a respeito do trabalho que campeiam no País não servem a esse propósito. Um deles é o discurso da flexibilização, interpretada pelos trabalhadores como eufemismo para descrever a corrosão dos direitos do trabalho. E o outro é o discurso do direito adquirido, que aproveita os que já estão em posições seguras nos setores avançados, mas não resolve os problemas da maioria e nem leva ao caminho da produtividade. Com esses objetivos, eu iniciei uma discussão com todas as centrais sindicais e também com os empresários e as organizações empresariais sobre as grandes mudanças de um projeto que servisse a essas finalidades. E eu estou muito esperançoso com a possibilidade

de obter não uma unanimidade, um consenso, mas uma convergência preponderante, que oriente uma agenda legislativa do futuro e que perdure como um projeto de Estado e não de governo.

**Os dois lados têm se mostrado abertos?**

— Estou discutindo reiteradamente com eles toda semana e estou muito estimulado pela rapidez do avanço. É verdade que esse avanço é o resultado de uma longa trajetória anterior. O País vem construindo pouco a pouco condições para que essa convergência ocorra. As discussões sobre esse projeto têm três focos. O primeiro foco é informalidade. O segundo foco é reversão da queda da participação dos salários na renda nacional e o terceiro foco, o regime sindical. Na informalidade, a idéia é desonerar a folha de salários, mas de uma forma muito mais radical do que se imaginava possível. A fórmula proposta na discussão nacional até agora é substituir a folha de salários pelo faturamento como base. Mas o faturamento tem pelo menos dois grandes defeitos. O primeiro é que distorce os preços relativos, especialmente contra as empresas intensivas de capital. O segundo defeito é que há aspectos declaratórios que facilitam a fraude. Daí que surge uma solução mais radical, que é passar diretamente da base de salários para o imposto mais neutro que houver no nosso sistema tributário. Se vier o

IVA como base do sistema tributário brasileiro, será o IVA.

**Essa desoneração não dependerá da reforma tributária?**

— Não. Para progredir ela terá que ser neutra em relação ao debate sobre a reforma da previdência e sobre a reforma tributária. Se não, não avança. Terá que assegurar que a receita da previdência seja mantida mais ou menos no nível que está. Todos esses debates estão ligados, mas se nós não fizermos um esforço para separá-los, não conseguiremos avançar.

**Há mais iniciativas em economia?**

— Sim. A primeira iniciativa tem a ver com o que se poderia chamar de política industrial de inclusão. A nossa política industrial tradicional é uma política voltada para grandes empresas, para aprofundar nossas vantagens comparativas, para contrabalançar os efeitos do alto custo do capital e da alta carga tributária do Brasil. E devemos ter essa política. Mas o foco da minha iniciativa é a multidão de pequenas empresas e empreendimentos emergentes em que atua não só a grande maioria de nossos trabalhadores, mas também de nossos empreendedores.

**Trata-se da nova classe média?**

— É diretamente ligada aquela base social emergente a que me referi antes. É aí que está a verdadeira força, o potencial imenso da economia brasileira. Essa política industrial de inclusão tem três componentes. O primeiro é a formação de práticas e de quadros: aconselha-

mento gerencial. No Brasil, por causa do papel histórico do Sebrae, é o setor em que mais avançamos. O segundo componente é o financeiro. O crédito ao pequeno produtor, embora tenha se expandido no Brasil, se expandiu muito menos do que o crédito ao consumo. Nós estamos trabalhando com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil, com o Banco do Nordeste, com o Banco da Amazônia e com o BNDES numa iniciativa para a ampliação rápida e decisiva do crédito para o pequeno produtor. Passa por inovações que padronizem as práticas e baixem os custos. O terceiro componente é o componente tecnológico.

**Qual é a segunda iniciativa?**

— Tem a ver com os instrumentos jurídicos e institucionais disponíveis ao Estado brasileiro para atuar na economia e mobilizar o potencial econômico latente do País. Nós temos agora basicamente dois modelos para essa atuação econômica do Estado. Um modelo é o Estado procurar induzir o investimento privado por meio de crédito subsidiado e favor fiscal. O outro modelo é produzir diretamente na administração pública. Teríamos que ter outras iniciativas: por exemplo, o Estado fundar, capitalizar, um empreendimento num regime de mercado, sem monopólio ou oligopólio, com gestão profissional independente, fazendo inovação radical, e, logo que possível, procurar substituir-se por um agente privado, em troca de um preço ou de uma parti-

cipação acionária nos empreendimentos privados subsequentes, como faria um "venture capital", com uma dinâmica de autofinanciamento de projetos.

**O novo presidente do Ipea indicou que pretende mudar a ênfase dos estudos. O instituto estaria com visão muito conjuntural atualmente?**

— O Ipea nunca foi imaginado para ser conjuntural. Foi criado não só para assessorar o governo, mas para assessorar a nação, para criar em torno do debate existente um leque mais amplo de possibilidades programáticas. No Ipea, há dois erros que a gente tem que evitar. Um é o erro de simplesmente assessorar o governo e o outro é de virar uma tecnocracia com uma agenda endógena, fazendo o que eles querem, não o que o País quer. Ambos ocorrem. E são difíceis de evitar, porque nós também não podemos adotar a antiga concepção alemã ou japonesa de Estado, que é uma burocracia iluminada acima dos partidos que decide e mostra o caminho. Temos que pensar outra idéia. Ao invés de um grande consenso imposto de cima, a organização de um dissenso libertador, em que o País tenha opções.

**A polêmica sobre o afastamento dos quatro técnicos do Ipea no mês passado está ligada a esses erros?**

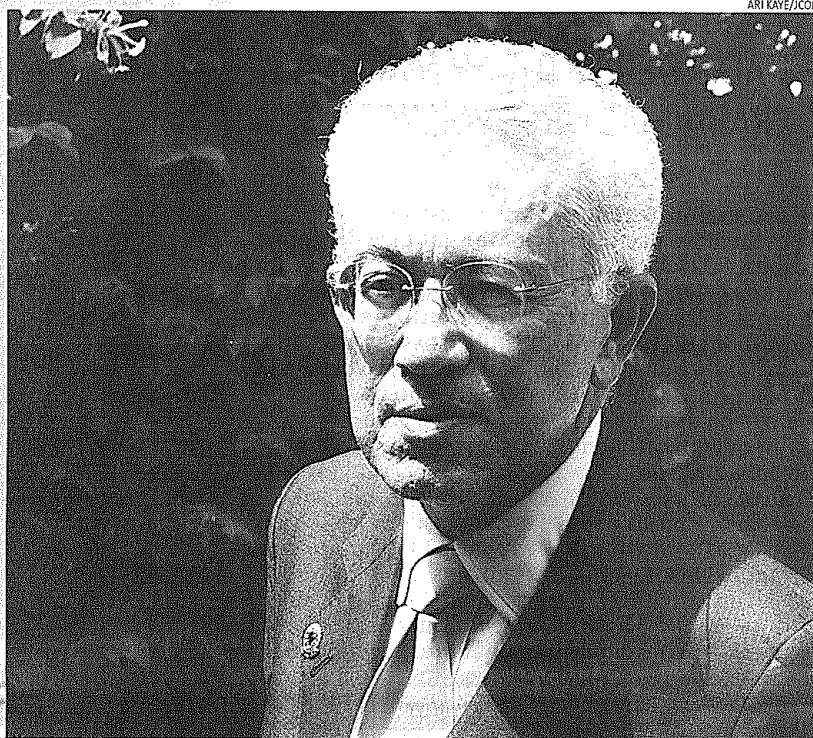
— Se deve a essas confusões sobre a vocação do instituto. Um dos pressupostos dessa vocação do Ipea é que haja um vigoroso debate intelectual. Agora, não vamos confundir as coisas. Insistir em vigoroso debate intelectual não é assegurar car-

gos de direção. Cargos de direção são escolhidos pelo governo eleito pela maioria. Segundo, não significa aceitar a idéia de uma tecnocracia com agenda endógena. E terceiro, também não significa permitir que a idéia do pluralismo seja usada para ajudar a suprimir o pluralismo, como ocorreu em diversos momentos. Não há ninguém no País mais comprometido com liberdade intelectual do que eu, porque passei a minha vida toda, em todos os lugares em que trabalhei, combatendo as ideais dominantes.

**Quais os projetos no campo da educação?**

— A educação tem três iniciativas. A primeira é uma rede de escolas de Ensino Médio federais com um importante componente técnico e profissional. Seu primeiro objetivo é responder ao problema mais grave, tratar do elo fraco do nosso sistema escolar, que é a escola média. O segundo objetivo é usar essa nova escola média federal como uma alavanca para começar a mudar o paradigma pedagógico do governo: iniciar a substituição de um ensino enciclopédico por um ensino analítico e capacitador. Focar o essencial, que é a análise verbal e a análise numérica. E o terceiro objetivo é reconstruir a idéia de um ensino técnico e profissional. A idéia é fazer tudo isso por meio de uma rede de escolas médias federais, no Brasil todo, tentando ocupar 15% das matrículas da escola média.

Continua na página seguinte



**A minha lógica é da co-autoria, dentro do governo e da sociedade, para aproveitar experimentos já existentes e aprofundá-los, radicalizá-los, descobrir o seu potencial."**

## ENTREVISTA

Continuação da página anterior

**E qual a segunda iniciativa?**

A segunda iniciativa buscar conciliar a gestão local das escolas por estados e municípios com padrões nacionais de investimento e de qualidade. Para que essa conciliação seja possível são necessários três elementos. Primeiro, um sistema nacional de monitoramento, e agora já estamos muito avançados nisso. Segundo, um mecanismo para redistribuir recursos e quadros de lugares mais ricos para lugares mais pobres. E terceiro, um procedimento para vir em socorro de um município, ou até de um estado, que apesar de todos os esforços repetidos não tenha conseguido alcançar os mínimos de investimento e qualidade. A terceira iniciativa é a da inclusão digital, que tem também um grande potencial libertador para o País.

**Qual a importância de pensar projetos para a Amazônia?**

— A Amazônia deve ser vista não como retaguarda, mas como vanguarda potencial, como laboratório do nosso futuro nacional, como um lugar em que possamos não só repensar, mas refazer o Brasil. Eu logo constatei um desnível perigoso entre o fervor do ambientalismo e o primitivismo das idéias econômicas existentes a respeito da transformação da Amazônia. No vazio criado por esse desnível campeiam duas idéias inaceitáveis a respeito do futuro da Amazônia. Uma é que a Amazônia vire um parque e a outra é que seja destruída sobre as forças inexoráveis do mercado, sobretudo na forma da pecuária e da soja. O ponto de partida para sair disso é um projeto de zoneamento econômico e ecológico fundado na resolução das

questões fundiárias que proliferam em toda a Amazônia. O projeto para a Amazônia tem três grandes vertentes. Uma é o que fazer com a Amazônia já desmatada: usar como oportunidade para organizar um modelo de produção diferente daquele que dominou no passado no Brasil e em outras regiões.

**Trata-se da política industrial de inclusão?**

— Exatamente. É uma tradução dramática da política industrial de inclusão na Amazônia desmatada, onde ela teria o campo aberto, teria a maior oportunidade. A segunda vertente tem a ver com a maior parte da Amazônia, onde a floresta continua íntegra. Aí, o grande objetivo é o manejo sustentável e controlado da floresta.

**O que o ministério planeja para a Defesa?**

— Não há estratégia de desenvolvimento nacional sem estratégia nacional de defesa. Nós nunca tivemos no Brasil uma grande discussão sobre os grandes programas da defesa. A tradição é as Forças Armadas mandarem uma lista ao governo pedindo equipamentos caros e os governos dão um pouquinho daquela lista para calá-las. É um teste para o País: ter ou não ter uma estratégia nacional de defesa? Nós somos o mais pacífico dos países grandes. Há dois grandes alvos no projeto de defesa: um prático e outro espiritual. O prático é a reorganização das Forças Armadas em torno de uma vanguarda tecnológica e operacional, baseada em capacitações nacionais. Portanto, temos que soerguer a nossa indústria nacional de defesa. O espiritual é estabelecer a causa da defesa no imaginário do País. É um teste para ver se o Brasil realmente se considera um país grande.